

Equilibrando as atividades campeiras com o meio ambiente através de uma gestão planejada, o caso da 4ª Zona de Jaguarão – RS.

Equilibrando las actividades camperas con el medio ambiente através de una gestión planificada, el caso de la 4ª Zona de Jaguarón – RS.

AGUIAR, Francimeire Maria¹

Resumo: Este trabalho busca mostrar que é possível equilibrar as atividades do dia a dia campeiro, as atividades turísticas com o meio ambiente através de uma gestão sustentável. O presente artigo foca sua atenção, seus esforços em propriedades rurais da 4ª Zona de Jaguarão, aborda a temática da gestão dos resíduos sólidos produzidos nessas propriedades, como objetivo geral, busca apresentar uma proposta de gestão ambiental para as propriedades do roteiro Uma Vivencia na fronteira. Assim, se faz importante um incremento na conscientização a respeito da importância do cuidado com os recursos naturais, que em última instância são recursos turísticos. Tal descaso impacta diretamente no potencial de atratividade turística do município, esse viés será explorado ao longo do presente trabalho. Para metodologia deste artigo foram pesquisados arquivos literários referente ao tema proposto, meramente constituídos e publicados em sites eletrônicos de uso científico, uma pesquisa de levantamento em fontes primárias. Entretanto, para que as atividades possam ser desenvolvidas no meio ambiente deve existir a conscientização, um planejamento do uso adequado desse meio para que gerações futuras, possam usufruir deste mesmo espaço. Após a coleta de dados, da pesquisa bibliográfica, sobre resíduos sólidos, sustentabilidade gestão. Conclui-se, portanto, que após o levantamento da literatura, pesquisa de campo, foi possível sugerir um modelo de gestão para atender às necessidades de gestão ambiental no âmbito das propriedades rurais. O presente trabalho pode servir de base para futuras pesquisas que busquem aprofundar e, com teor normativo aplicado, buscar descrever o melhor processo para a avaliação de impacto ambiental.

Palavras-chave: Resíduos sólidos, sustentabilidade e gestão ambiental.

Resumen: Este trabajo busca mostrar que es posible equilibrar las actividades del día a día campeón, incluso las actividades turísticas con el medio ambiente a través de una gestión sostenible. El presente artículo enfoca su atención, sus esfuerzos en propiedades rurales de la 4 ° Zona de Jaguarón y aborda la temática de la gestión de los residuos sólidos producidos en esas propiedades, ya que es costumbre local dispensar los mismos a lo largo de las carreteras. Así, se hace importante un incremento en la concientización acerca de la importancia del cuidado con los recursos naturales, que en última instancia son recursos turísticos. Tal descaso impacta directamente en el potencial de atracción turística del municipio y ese sesgo será explotado a lo largo del presente trabajo. Para metodología de este artículo se investigaron archivos literarios referentes al tema propuesto, meramente constituidos y publicados en sitios electrónicos de uso científico, una investigación de levantamiento en fuentes primarias. Sin embargo, para que las actividades puedan

¹ Graduado (a) em Tecnologia em Gestão de Turismo, Pós-Graduando(a) em Gestão Estratégica do Turismo na Universidade Federal do Pampa. (francimeiremariaaguiar@live.com). Entregue em 20 de agosto de 2018.

ser desarrolladas en el medio ambiente debe existir la concientización y una planificación del uso adecuado de ese medio para que generaciones futuras, puedan gozar de este mismo espacio. Después de la recolección de datos, de la investigación, el resultado fue satisfactorio al tema propuesto. Concluyo, por lo tanto, que después del levantamiento de la literatura y la investigación de campo, fue posible proponer una metodología para atender a las necesidades de gestión ambiental en el ámbito de las propiedades rurales. El presente trabajo puede servir de base para futuras investigaciones que busquen profundizar y, con contenido normativo aplicado, buscar describir el mejor proceso para la evaluación de impacto ambiental.

Palabras-clave: Residuos sólidos, sostenibilidad y gestión ambiental.

Introdução

Este trabalho busca mostrar que é possível equilibrar as atividades do dia a dia campeiro ou até mesmo as atividades turísticas com o meio ambiente através de uma gestão sustentável.

O presente artigo foca sua atenção e seus esforços em propriedades rurais da 4ª Zona de Jaguarão e aborda a temática da gestão dos resíduos sólidos produzidos nessas propriedades.

A motivação para o presente trabalho se deu a causa da constatação do descarte irregular, a céu aberto, ao longo das estradas rurais, de resíduos sólidos. Mas, tal descaso não é exclusividade da população rural, na cidade, ao final da Rua 27 de Janeiro, uma das principais ruas de Jaguarão, é possível observar o descarte irregular de resíduos na via pública.

Porém, o local que mais chamou a atenção foi estrada Curral de Pedra, onde são jogados resíduos sólidos oriundos de lixo doméstico, cercas, medicamentos de uso veterinário, entre outros, como foi observado durante a coleta de dados nas propriedades.

Tal descaso impacta diretamente no potencial de atratividade turística do município e esse viés será explorado ao longo do presente trabalho. Nesse sentido, para que haja atividades turísticas em uma comunidade, a população precisa ter a consciência e valorizar seus recursos turísticos, ou seja, aqueles elementos paisagísticos ou culturais que possuem potencial de atração turística.

O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (OMT, 2001).

Para Vezzani (2008), há uma grande expectativa de incremento de consumo dos produtos turísticos ao longo do século XXI, todavia, sob a ótica de variações no comportamento de consumo do produto turístico. Esse procedimento aponta para atributos socioambientais, como forma de manter os atrativos naturais preservados para as gerações futuras.

Assim, se faz importante um incremento na conscientização a respeito da importância do cuidado com os recursos naturais, que em última instância são recursos turísticos. Igualmente, tal cuidado faz com que a comunidade valorize seu ambiente, possibilitando uma transformação positiva, em benefício próprio, despontando a imagem de uma cidade limpa e acolhedora para acolher seus visitantes e turistas.

Com a finalidade de coletar informações a respeito da gestão de resíduos nas propriedades rurais, foi feito um levantamento de dados em propriedades rurais com entrevistas aos proprietários das propriedades rurais já selecionadas para o primeiro trabalho sobre o destino final dos resíduos sólidos gerados, já que, naquela ocasião, pretendiam trabalhar com atividades de lazer e turismo.

Além disso, foi efetuada uma revisão da literatura a respeito de técnicas de gestão ambiental em propriedades rurais de forma a gerar modelos de gestão sustentável para as propriedades.

Como objetivo geral, o presente artigo buscou apresentar uma proposta de gestão ambiental para as propriedades que formam parte do roteiro "Uma vivência na fronteira

Metodologia

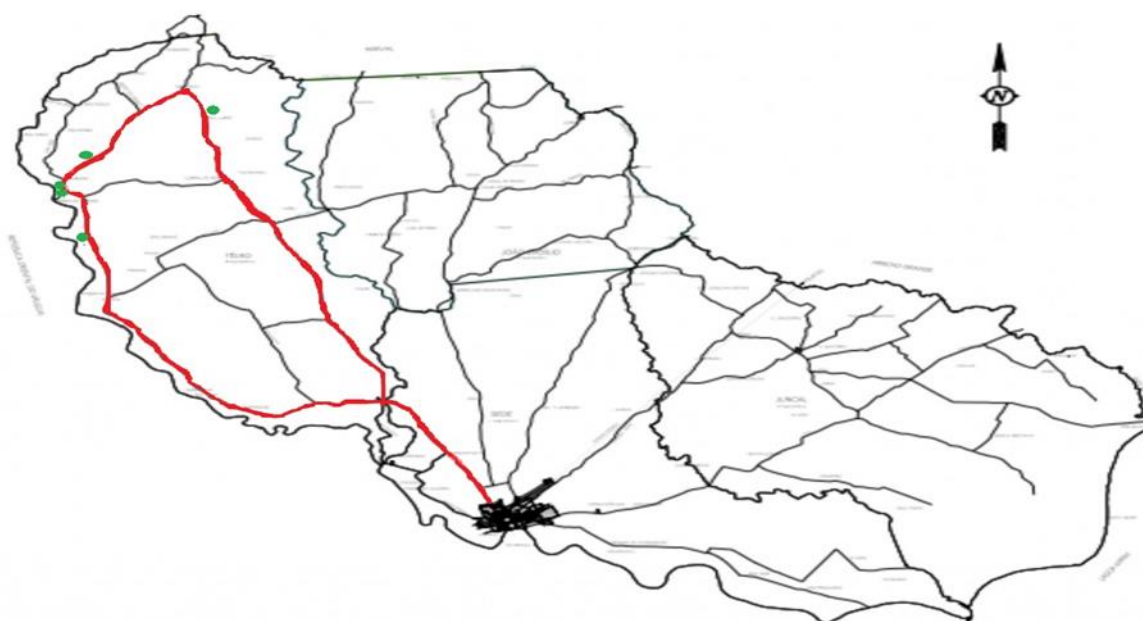
Para a presente pesquisa foi feita uma pesquisa exploratória para coletar dados necessários para o desenvolvimento do artigo, foram pesquisados arquivos literários referentes ao tema proposto, meramente constituídos e publicados em sites eletrônicos de uso científico, foi uma pesquisa de levantamento em fontes primárias, que segundo Dencker (1998) são as fontes mais seguras, são as fontes originais, que contam os marcos históricos com maior amplitude e economia de tempo.

Assim, foi aplicado um questionário, de cunho exploratório, composto por 24 perguntas, onde das 24, na pergunta de número 9 existem mais 9 sub-perguntas, totalizando ao todo 33 perguntas, a base desse questionário foi o utilizado no estudo que preconiza este trabalho, porém foram feitas alterações pela autora para que fosse

englobado o viés proposto, que neste caso versa sobre o destino final dos resíduos sólidos das propriedades

Com relação à delimitação geográfica da amostra, o município de Jaguarão é dividido em 4 distritos/subdistritos e este trabalho está concentrado à 4ª Zona Rural do município. O mapa mostra o percurso e propriedades do roteiro Uma Vivencia na fronteira dentro da 4ª zona rural, desenvolvido pela autora no Trabalho de Conclusão de Curso de tecnologia em gestão de turismo, que tinha por objetivo elaborar um roteiro de turismo rural no município de Jaguarão.

Mapa 1



Fonte: Mapa rural do município, com alterações feitas pela autora: Itinerário vermelho, propriedades em verde.

A amostra forçada foi composta pelos proprietários das 5 estâncias do roteiro turístico rural “Uma Vivencia na fronteira” e as entrevistas ocorreram em julho de 2018, foram feitas perguntas sobre os acessos as propriedades, tratamento de água e esgotos e destino final dos resíduos sólidos. As propriedades foram escolhidas por, anteriormente, ao longo do estudo que gerou o roteiro “Uma Vivencia na fronteira”, constatou-se seu desejo de trabalhar com turismo, no roteiro seriam ofertadas diversas atividades do dia a dia campeiro, lida com os animais, atividades de lazer, pesque e pague, trilhas, trabalhos na horta, acampamentos, rodas de conversa e refeições ao estilo campeiro como: café colonial, arroz carreteiro, entre outros. Porém esse roteiro não foi desenvolvido apesar da região possuir patrimônio natural e

histórico, que seria de grande relevância para o turismo nesta região tornando-se produtos turísticos esses atrativos como podemos observar nas figuras a seguir.

Figura 1: Patrimônio Natural



Fonte arquivo próprio

Figura 2: Patrimônio Histórico



Fonte arquivo próprio

Referencial Teórico

Jaguarão cidade do Rio Grande do Sul - Brasil, fronteira com Rio Branco - Uruguai, uma cidade às margens do rio do mesmo nome, era conhecida como cidade heroica por sua bravura nas constantes disputas por território entre a coroa Portuguesa e a coroa Espanhola hoje é conhecida localmente como cidade patrimônio por conta de grande número de casarões antigos e tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Totalizando 650 casarões sendo o maior acervo de casarões tombados no estado do Rio Grande do Sul, possui também o primeiro bem binacional tombado pelo IPHAN a Ponte internacional Barão de Mauá construída em 1927 início e término em 1930 medindo com o vão sobre o rio 276 m medindo ao todo 2.113m de extensão e ligando os dois países Brasil e Uruguai. Conforme dados do dossiê do tombamento.

Jaguarão é um dos municípios mais privilegiados deste Estado sulino, pela qualidade e quantidade de edifícios cuja arquitetura do final do século XIX é de grande valor histórico e artístico, permite que se planeje empreendimentos na área do turismo cultural, como possível alternativa para enfrentar esta nova realidade que se vislumbra. Sabe-se da potencialidade que representa a indústria turística como possível geradora de empregos, rendas e divisas para as localidades que dela se aproveitam. A valorização deste patrimônio histórico-cultural e ambiental dessa região, pode intensificar a circulação de população e mercadorias, além da ampliação de serviços.(MARTINS, 2001. p. 276 e 277).

Ainda o mesmo autor ressaltar que "A região do extremo sul brasileiro, embora seja considerada neste momento como área economicamente deprimida, constituiu um corredor de circulação de turistas entre os países do Cone Sul, principalmente da Argentina e Uruguai. Para aproveitar este potencial que pode dar uma expectativa de crescimento para esta localidade, além dos devidos investimentos em infraestrutura que tanto se fazem necessários, é importante considerar o processo histórico de desenvolvimento do município e da região". (MARTINS, 2001).

A cidade de Jaguarão na 4ª zona rural possui atrativos turísticos, ainda não consolidados como produtos turísticos, pois o uso do espaço no momento é apenas utilizados por amigos dos proprietários e não são visados lucros, aproveitados apenas para o lazer, portanto não pode se considerar como produto turístico lucrativo. Apesar de não serem produtos turísticos, temos alguns exemplos desses atrativos: o patrimônio histórico na 4ª zona, os casarões antigos do século 18, as cercas de pedras feitas pelos escravos, além do seu patrimônio natural como fauna e flora local que juntamente com atividades que as propriedades pretendem fornecer, e isso poderia gerar uma fonte de renda extra para os proprietários rurais.

Porém, segundo Beni:

É importante lembrar, ainda, que o turismo começa a superar o qualificativo de setor estanque, exclusivo, pois em virtude do processo de globalização, em que foi instrumento de destacada contribuição, está sempre presente como fundamento na formulação, elaboração e execução de muitas políticas econômicas, regionais, sociais e culturais de vários países. O equilíbrio pretendido entre a atividade humana e o desenvolvimento e a proteção do ambiente exige uma repartição de responsabilidades equitativas e claramente definida com relação ao consumo e ao comportamento face aos recursos naturais. (BENI, 2003, p. 6 e 7).

Beni e Nascimento, nos induzem a refletir que o turismo começa a se qualificar a nível global e começa a desenvolver políticas que visam atender aspectos econômicos, sociais, regionais e culturais, sobre o uso do meio ambiente onde exista o equilíbrio das atividades humanas e os recursos naturais, pois não havendo essa ponderação, esses recursos pode chegar ao desequilíbrio ou até mesmo se exaurir.

Já Nascimento afirma que:

A modificação do meio ambiente pode ser vista como qualquer mudança no ambiente, seja ela adversa ou benéfica, resultante total ou parcialmente das atividades, produtos e/ou serviços de uma organização: esgotamento de recursos naturais; modificação da qualidade do ar; disposição de resíduos em aterro, contaminação do solo e água; alteração na qualidade da água, entre outros. (NASCIMENTO, 2011, p.1).

Os resíduos porém são oriundos daquilo que não serve mais para nosso uso, em nossas atividades cotidianas e os descartamos ao meio ambiente, proporcionando uma série de poluição, sejam eles sólidos, líquidos ou gasoso que acabam poluindo o ambiente.

Segundo a ABNT resíduos sólidos são:

Resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível.(ABNT, 2004, p.1).

Nas grandes cidades os resíduos lixos produzidos são coletados e transportados para longe dela, em muitos casos até mesmo para a periferia de outras cidades e lançados, muitas vezes, a céu aberto, formando imensos lixões, atraindo fauna sinantrópica nociva (pássaros, roedores insetos), enfim, diversos tipos de animais que disseminam doenças, e pessoas que através deste lixão tentam de alguma forma sobreviver.

E no meio rural a situação também não é diferente, geralmente os resíduos produzidos são descartados a céu aberto. Tal fato é agravado pela ausência de coleta regular de resíduos por parte do poder público. Essa falta de infraestrutura de coleta unida à falta de informação e/ou conscientização dos proprietários rurais, causa grande impacto ao meio ambiente (flora, fauna e ambiente abiótico), pois os resíduos sólidos descartados irregularmente, às margens de rios, córregos, matas e estradas, levam anos para se decompor.

Para Peneluc:

Os resíduos sólidos resultam em uma sobrecarga de materiais no ecossistema, os quais não podem ser decompostos, ou são degradados com extrema morosidade, podendo resultar em consequências tóxicas aos sistemas biológicos. O efeito desta sobrecarga, com o passar do tempo, acaba por atingir a capacidade de suporte dos ecossistemas (PENELUC,2008, p.135).

Isso significa que os resíduos jogados ao meio ambiente podem levar anos para se decompor, e contaminam o solo, causando um desequilíbrio biológico desestabilizando o ecossistema ali existente, seja flora ou fauna ou micro-organismos.

Portanto, é essencial para que se tenha um ecossistema equilibrado que se proporcione um descarte adequado para esses resíduos, de forma que seja possível descartar aquilo que efetivamente não pode ser mais aproveitado, mas que, igualmente, se destine à reciclagem a parcela de resíduos que ainda pode ter valor comercial ou industrial, servindo de fonte de renda sustentável.

Como assegura Jasper:

Os resíduos sólidos muitas vezes são vistos como um empecilho, algo que atrapalha e, portanto, para muitos, o resíduo tem que sair logo do domicílio ou da empresa. Por outro lado, ainda são poucos os que questionam o destino final desses resíduos, assim como poucos questionam, no momento da compra de um produto, quanto de resíduo essa compra vai gerar e se há tratamento para ele. Assim, é importante saber que os resíduos podem ser reutilizados ou transformados para novamente serem úteis. O conhecimento dessa utilidade dos resíduos sólidos pode transformar muitas das atitudes tomadas em relação aos mesmos.(JASPER, 2006, p. 36).

Sendo assim a autora nos instiga a pensar em um meio de reutilização desses resíduos, e assim desenvolver ações de uma gestão ambiental sustentável para um destino adequado dos resíduos sólidos.

E enfatiza Beni (2003, p. 07), “a palavra sustentabilidade pretende refletir uma política e estratégia de desenvolvimento econômico e social contínuo, sem prejuízo do ambiente e dos recursos naturais, de cuja qualidade depende a continuidade da atividade humana e do desenvolvimento.”

Ainda segundo Beni (2003, p. 12), “deve-se lembrar que o desenvolvimento sustentável é um conceito útil à medida que aponta para a necessidade de reflexões ao estabelecimento de uma visão da estrutura da organização da economia, da sociedade e de suas relações de troca com o meio ambiente”.

Entende-se então que, para o desenvolvimento das atividades turísticas ou cotidianas carece de um planejamento, de uma gestão que possa além gerar renda local, possa também ocasionar a conscientização na comunidade sobre do uso do ambiente, tornando-se um empreendimento mais sustentável, atendendo não só suas necessidades e sim da sociedade e meio ambiente.

No entanto para Jacobi:

O desenvolvimento sustentável somente pode ser entendido como um processo em que, de um lado, as restrições mais relevantes estão relacionadas com a exploração dos recursos, a orientação do desenvolvimento tecnológico

e o marco institucional. De outro, o crescimento deve enfatizar os aspectos qualitativos, notadamente aqueles relacionados com a equidade, o uso de recursos. (JACOBI,1999, p. 179)

Entretanto, para que as atividades possam ser desenvolvidas no meio ambiente deve existir a conscientização e um planejamento do uso adequado desse meio para que gerações futuras, possam usufruir deste mesmo espaço, e para isso devemos ampliar políticas de uma gestão sustentável, para que todos os atores envolvidos sejam beneficiados e que possamos impactar o mínimo possível este ambiente.

Desse modo com a crescente crise ambiental causada pelo uso desordenado dos recursos naturais, há a necessidade de encontrarmos soluções, de modo que equilibre o atendimento das necessidades sociais com a conservação do meio ambiente através de uma gestão capaz de enlaçar as políticas sociais e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável, através das instituições estabelecidas, a saber, poder público, setor privado e sociedade civil.

Um importante instrumento para um uso mais racional do meio ambiente é a Educação Ambiental. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA):

A Educação Ambiental deve proporcionar as condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias; para que grupos sociais, em diferentes contextos socioambientais do país, intervenham, de modo qualificado tanto na gestão do uso dos recursos ambientais quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do ambiente, seja físico-natural ou construído, ou seja, educação ambiental como instrumento de participação e controle social na gestão ambiental pública.

Desde uma outra perspectiva, a perspectiva da gestão, conforme Nascimento:

A Gestão Ambiental é uma nova forma capaz de administrar melhor os usos dos recursos naturais, sendo composta por um conjunto de princípios, estratégia, diretrizes de ações e procedimentos para preservar a integridade dos meios físico e biótico, bem como a dos grupos sociais que deles dependem. (NASCIMENTO,2010 p.12).

O mesmo autor defende o uso coerente dos recursos naturais, alterando os modelos de produção, investindo em inovação dos processos e produtos de forma a minimizar os impactos ambientais. Exemplo disso é a utilização de produtos descartados como insumo, entre outros casos temos o uso de pneus descartados para a fabricação de asfalto.

E complementa Carvalho:

Dada sua complexidade, a regulação da gestão de resíduos sólidos é essencial, e a Política Nacional de Resíduos Sólidos se constitui no cerne legal para que o ciclo virtuoso se sobreponha ao vicioso e para que a gestão de resíduos sólidos seja um meio que possibilite a redução no consumo, o reaproveitamento de resíduos e sua reciclagem. Dessa forma, promove-se o aumento da vida dos aterros sanitários, a redução dos custos de produção e a geração de renda e inclusão social às pessoas em situação de vulnerabilidade. (CARVALHO,2012, p.397).

Entende-se então, o reuso de um produto para outros fins, a reutilização de um material que já usado ao invés da matéria prima, transformando aquilo que seria lixo, descartado, em um novo produto.

Cabe a cada um de nós, ter a consciência de que o descarte do lixo inadequado pode trazer consequências desastrosas a nível ambiental e social. Nesse sentido, são essenciais os processos de educação ambiental, pois a partir deles é que se consegue alterar o comportamento social, neste caso específico com relação aos resíduos sólidos.

Nesta ocorrência, pensa-se em uma gestão sustentável não pensando apenas no meio ambiente, mas também no social, e essas medidas de transformações competem ao governo e a sociedade em geral, e muitas nações já tinham essa preocupação com o meio ambiente.

Na 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em 1972, realizada em Estocolmo, Suécia, foi emitida a Declaração de Estocolmo definindo os princípios de comportamento e responsabilidade que deveriam governar as decisões concernentes a questões ambientais, visando conciliar o desenvolvimento e proteção ambiental e a salvaguarda dos recursos naturais em benefício das gerações atuais e futuras. (CETESB 2014, p 10).

Para atender as ações sociais da época alusivas à minimização dos impactos ambientais de amplos planos, foi sugerido, pelos países desenvolvidos, uma estrutura de gestão ambiental de caráter preventivo, para auxiliar a tomada de decisão dos âmbitos públicos acerca de políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento. Diversos países incorporou características da regulamentação norte-americana de 1969 (National Environmental Policy Act - NEPA). (CETESB, 2014).

De acordo com a Associação Internacional para Avaliação de Impacto – IAIA (do inglês International Association for Impact Assessment), avaliação de impacto ambiental é o processo de identificar as consequências futuras de uma ação presente ou proposta (CETESB, 2014).

A Avaliação de impacto Ambiental (AIA) são fundamentais importância para avaliação prévia de um projeto, ela aponta prevenir e evitar o acontecimento de consequências indesejáveis ao meio ambiente por conta implante do projeto.

Porém após a criação da NEPA, os sistemas de AIA foram constituídos em várias configurações, em distintas partes do mundo. Na década de 70, foram inventadas leis respectivas ao uso de AIA no Canadá, Austrália, Alemanha, França etc. Em 1985 foi criada a Diretiva Europeia sobre AIA, instigando a criação dessa legislação em diversos países europeus. (CETESB, 2014).

No Brasil, já na década de 70, projetos de grande porte, financiados por organismos multilaterais, foram submetidos à Avaliação de Impacto Ambiental, como por exemplo, a Usina Hidrelétrica de Sobradinho, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí etc. Tais experiências promoveram a inclusão do AIA como um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, Lei nº 6938/81, em associação ao licenciamento das atividades utilizadoras dos recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras. (CETESB, 2014, p.12.)

Segundo Nascimento (2010) há modelo de gestão que existe os instrumentos de comandos e controles que são órgãos que fiscalizam as ações, eles podem ser informações/corretivos e preventivos, no entanto o preventivo é mais eficiente que o corretivo, porém de mais difícil aplicação por falta de cultura de planejamento e problemas políticos.

O que entende-se por esses instrumentos de controle e comando que fazem essas correções e prevenções são os órgãos do governo/estado que aplicam suas normas, suas leis, porém já aparece dificuldade para efetivar o preventivo.

Os instrumentos podem ser classificados como: Instrumentos Públicos Jurídicos (normas, leis, penalidades, etc.); Instrumentos Econômicos (taxas tipo poluidor-pagador, mercado de crédito de carbono, etc.)” (NASCIMENTO 2010, p.13).

Um outro instrumento de gestão que precisa ser tido em consideração é o Licenciamento Ambiental.

A-Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade consentindo sua localização e concepção, atestando a

viabilidade ambiental e constituindo o a condições básicas e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação; B-Licença de Instalação (LI) - aprova a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados; C-Licença de Operação (LO) - libera a intervenção da atividade ou empresa, após a comprovação do efetivo implemento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação. (CETESB,2014).

E ainda segundo a CETESB 2014 O processo de licenciamento para a fase de licença prévia pode ser iniciado por uma das três alternativas indicadas ou seja, por meio da solicitação de LP subsidiada por um EAS; - por meio da solicitação da LP, com apresentação de RAP (Relatório Ambiental Preliminar); - por meio da solicitação de LP, com apresentação de um Termo de Referência para elaboração de EIA/RIMA (Relatório de Impacto do Meio Ambiente) (CETESB, 2014, p15).

No caso de EIA, o órgão ambiental, depois do diagnóstico e admissão do Termo de Referência, apontando as instruções sobre a elaboração do EIA/RIMA, o estudo é desenvolvido pelo empreendedor, com eventual apoio de consultorias ambientais, e apresentado para análise do órgão ambiental.

Dados da pesquisa

Após a coleta de dados, da pesquisa bibliográfica sobre resíduos sólidos, sustentabilidade e gestão que serviu de base para a montagem do artigo e também uma pesquisas de campo, neste caso com um questionário sobre 5 propriedades da 4ª zona rural do município de Jaguarão – RS, o resultado foi satisfatório ao tema proposto.

A pesquisa foi realizada nas 5 propriedades que compõem o roteiro Uma Vivencia na fronteira, fazendo um levantamento da faixa etária dos proprietários que variam entre 43 e 60 anos, endereço, telefone, e quantas pessoas trabalham na propriedade. Quanto as propriedades foram feitas perguntas sobre o acesso, hectares, feito um inventário: tratamento de esgotos, composteira, biodigestor incinerador, tratamento da agua, e o destino final dos resíduos produzidos nas propriedades.no quadro a seguir veremos como ficou este questionário distribuídos nas propriedades A, B,C D, e E.

Pesquisa/questionário	Dados da pesquisa
Acesso/estrada da costa	B,C,D, e E
Acesso curral de pedras	A,B,C,D e E
Hectáries	A-61,B-34,C-40,D-87 e E-65
Pessoas que trabalham na propriedade	A-1,B-1,C-1,D-2 e E-2
Tratamento de esgoto	Fossa A,B,C,D,Posso negro C e E
Composteira sim() não(x)	Não_ A,B,C,D,e E
Biodigestor sim() não()	Não A,B,C,D e E
Incinerador sim() não(x)	Não A,B,C,D e E
Possui cisterna sim(x) não(x)	Sim D, Não A,B,C e E
Fornecimento da agua	Cacimba A,B,C e E, cisterna D
Análise da agua sim(x) não(x)	Sim A,sem laudo e Não B,C,D e E
Trabalham com agricultura,pecuária,ovinocultura	A-pecuaria e ovinocultura,B-pecuária,C-agricultura,pecuária e ovinocultura,D pecuária e E-pecuária
São utilizados defensivos agrícolas/remédios veterinários sim (x) não()	Sim-remédios,A,B,C,D e E
Recebeu orientação sim(x)Não(x)	Sim-B,C,D e E,não A
De onde procedeu	Não recebeu A,vendedor B Veterinário C e D,fez curso E
Sabe interpretar os rótulos das embalagens	Sim A,B,C,D e E
Quais produtos usados	Vermectina,abactina-A diversos_B,C e D,sarnicidas,vermecidas etc-E
Quais as medidas de segurança usada durante o uso dos remédios	Luvas A e C,luvas e botas B,D e E
Onde armazena os remédios veterinários	Galpão A,B,C,D e E
É feita a limpeza das embalagens	Não A,B,C,D e E
Como é feita	-----
O que é feita com as embalagens vazias	A,D e E queima a céu aberto,B descarte, C devolve para o vendedor
Sobre o destino final das embalagens	Queima A,B,D e E C devolução
Adoeceu alguém na família por conta dos remédios veterinários	Não A,B,C,D e E
O que é feito com o lixo doméstico produzido na propriedade	Queima A, recicla e queima os demais-B,leva pra cidade-C e D,queima e deixa latas e garrafas na propriedade-E

Qual o destino final dos arames velhos	Houve uma coleta-A, acumula na propriedade-B, fundição-C, coloca nas sangas(córregos,riachos)-D, enterra-E
----------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------

As propriedades abrangidas pela presente iniciativa são relativamente pequenas, com área entre 34 a 87 hectares, todas localizadas no 4º subdistrito/4ª zona de Jaguarão. A seguir serão detalhados dados técnicos e demográficos das propriedades amostradas.

Em três das propriedades amostradas trabalha apenas um empregado, enquanto que nas outras duas há dois trabalhadores. Com relação à acessibilidade, para quatro das propriedades o principal acesso se dá pela estrada da Costa, porém com muita chuva utilizam a estrada do Curral enquanto a outra utiliza apenas a estrada do Curral de Pedra.

Ao abordar-se o acesso a meios de comunicação apenas uma das propriedades utiliza a telefonia celular brasileira, três utilizam a rede celular uruguaia, uma das propriedades utiliza ainda a rede de internet uruguaia e uma das propriedades não possui formas de comunicação.

Todas as propriedades possuem atividades de pecuária, duas também trabalham com ovinocultura, uma com agricultura e uma possui criação de equinos.

Quanto ao saneamento/esgoto 4 afirmam ter fossa séptica e 1 afirma ter poço negro e fossa séptica. Foi visto que nenhuma das propriedades possui biodigestor, composteira ou incinerador. Apenas uma propriedade possui cisterna, os demais possuem cacimba.

Quatro das propriedades informaram que não possuem laudos de análise de água, em uma propriedade foi feita a análise da água, porém não teve acesso aos resultados.

Ao questionar-se o uso de defensivos agrícolas, todos os entrevistados afirmaram que não utilizam tais produtos. Já com relação aos medicamentos de uso veterinário, todos afirmaram que utilizam tais produtos e quatro receberam treinamento sobre o manejo desses medicamentos, um afirma que fez curso, outro que recebeu informações do vendedor, dois do veterinário, enquanto que um dos proprietários informou não ter recebido informações sobre o uso. Cumpre destacar

que todos os proprietários informaram que conseguem interpretar as informações das embalagens.

Com relação aos produtos utilizados três produtores afirmaram que utilizam diversos produtos, alterando as marcas, pois há a necessidade de troca quando um tipo específico já não produz os efeitos desejados. Quanto à tipologia são utilizados medicamentos que combatem a sarna, antibióticos e vermífugos. Um dos proprietários informou o nome dos produtos utilizados, ivermectina, abamectina etc. Quanto às medidas de proteção/segurança todos afirmam utilizar equipamentos de proteção individual, dois utilizam luvas e três utilizam botas e luvas.

Sobre o armazenamento dos produtos antes do consumo todos afirmam utilizar o galpão como depósito para os produtos. Após o uso, quatro produtores informam que queimam as embalagens utilizadas à céu aberto e um dos entrevistados entrega as embalagens vazias ao vendedor para que seja efetuado o descarte. Nenhum dos produtores rurais relatou ter ficado doente a causa do uso dos medicamentos veterinários.

Ao tratar-se especificamente da destinação de resíduos domésticos, dois produtores afirmam que fazem a queima, porém latas e garrafas ficam na propriedade, um dos produtores faz a reciclagem levando para cidade e queimando o restante dos resíduos que não servem para a reciclagem. Dois produtores levam seus resíduos domiciliares para a cidade.

Com relação a restos de metal (arame) que não servem para consumo, um produtor informa que houve uma coleta dos mesmos, porém um deles joga os restos na sanga, um deles acumula na propriedade, um enterra e o outro faz a fundição desse metal para reuso.

Ao longo das entrevistas foi possível perceber que os próprios proprietários, mesmo sem grande conhecimento sobre sustentabilidade, procuram, a seu modo, resolver o problema dos seus resíduos sólidos, procuram equilibrar suas atividades diárias com o meio ambiente, muitas vezes utilizando-se de práticas danosas ao meio ambiente, mas basicamente a causa da falta de capacitação com relação às boas práticas no manejo dos resíduos sólidos.

Percebe-se no entanto, que os maiores problemas para essas propriedades que pretendem trabalhar com atividades turísticas são a queima de resíduos a céu aberto e o acúmulo de arame velho, que dá à propriedade um aspecto descuidado.

Entanto o mais próximo da realidade das propriedades, seria mesmo um EIA e seria feito da seguinte forma a fase para o licenciamento e etapas do projeto segundo o manual(CETESB): Visa apresentar as instruções relativas ao conteúdo para elaboração de um EIA ou RAP, para tais estudos sugere-se a seguinte itemização e respectivo conteúdo. Modelo do EIA

I. Introdução :Descrever de modo geral o empreendimento.

II. Informações Gerais, referem-se ao objeto do licenciamento, aos dados do empreendedor;

II. 1. Objeto do Licenciamento Descrever, resumidamente, o objeto do licenciamento,

II.2. Empreendedor, Apresentar os seguintes dados referentes ao empreendedor proponente do projeto, dados pessoais,

II.3. Empresa Responsável pelo Estudo Ambiental, dados referentes à empresa responsável pela elaboração do estudo ambiental: dados formais da empresa.

III. Justificativas do Empreendimento, Apresentar as justificativas econômicas e socioambientais da implantação do empreendimento no contexto dos municípios, da sua região e do planejamento do setor a que pertence.

IV. Estudos de Alternativas; Apresentar as alternativas tecnológicas e locacionais para implantação do empreendimento e a análise que culminou com a escolha da alternativa apresentada no estudo ambiental.

IV.1 Alternativas Tecnológicas, Apresentar neste item uma análise comparativa quanto às alternativas tecnológicas viáveis das estruturas, modalidades e/ou principais equipamentos previstos no projeto, suas vantagens e desvantagens, considerando os aspectos técnicos, ambientais e econômicos,

IV.2 Alternativas Locacionais, As alternativas locacionais correspondem às diferentes possibilidades de traçado, sítio e/ou layout para que o projeto seja ambiental, técnico e economicamente viável e possa atender ao objetivo do empreendimento,

IV.3. Alternativa Zero: Apresentar um prognóstico sucinto para a situação de não implantação do empreendimento.

V. Aspectos Legais e Institucionais: Apresentar a legislação e normas ambientais aplicáveis à tipologia do empreendimento e sua localização, em níveis federal, estadual e municipal.

VI. Compatibilidade com Planos, Programas e Projetos Colocalizados: descrever e espacializar os planos e programas governamentais nas esferas municipal, estadual e federal, bem como projetos públicos e privados propostos e em implantação na área de influência do empreendimento, e sua compatibilidade.

VII. Caracterização do empreendimento: Apresentar, sobre imagem de satélite ou foto aérea, a localização no contexto regional.

VIII. Áreas de Influência :deve conter a definição dos limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto.

IX. Diagnóstico Ambiental: Apresentar informações sobre os principais aspectos dos meios físico, biótico e socioeconômico das áreas de influência.

X. Identificação e Avaliação dos Impactos: Identificar e avaliar, com as devidas quantificações e espacializações, os impactos ambientais decorrentes das atividades de planejamento, implantação e operação do empreendimento proposto.

Este modelo(EIA) seria o mais próximo da realidade das propriedades para ser trabalhado, pelo fato de se tratar de pequenas propriedades e produzirem resíduos caseiros, e esse modelo serve para propriedades que produzem impactos de baixa magnitude.

Considerações Finais

Vale salientar a importância do tema equilibrando das atividades campeira com o meio ambiente, diante de tantos impactos que o meio ambiente sofre todos os dias com as atividades humanas, este trabalho buscou através dos estudos literários entender todo o contexto de resíduos sólidos, sustentabilidade e gestão, procurando com esse referencial permitir que seus objetivos fossem colocados em prática, e através dele foi possível pesquisar modelos de gestão, e trazer os dados para as propriedades do roteiro, e através desse modelo de gestão equilibrar essas atividades com o meio, através do planejamento e uma gestão sustentável, e para essas propriedades trouxe como exemplo um modelo de gestão que foi elaborado pelo o estado de São Paulo.

Entende-se que estas propriedades necessitam de uma forma de gestão que possa equilibrar as atividades produtivas com o meio ambiente. Nesse sentido seria interessante que fossem efetuados estudos de Impacto Ambiental e a partir de tais estudos fossem buscadas alternativas ambientalmente viáveis para a solução dos

problemas ambientais rurais, possibilitando que a qualidade ambiental aumente e consequentemente possibilitando uma nova atividade ligada ao turismo rural.

Levando em consideração de que, as propriedades são de pequeno porte em relação à região, buscou através do exemplo do manual desenvolvido para o estado de São Paulo um exemplo de gestão apropriado para essas propriedades e o mais próximo de sua realidade, que seria o EIA, já que ele se destina para empreendimento que causam impactos de baixa magnitude e pelas propriedades produzirem pouca quantidade de resíduos sólidos.

Nesse sentido, preconiza-se o uso do processo de licenciamento ambiental no âmbito das propriedades rurais, possibilitando um estudo dos aspectos e impactos ambientais associados às atividades desenvolvidas, de forma que seja possível estruturar um plano de gestão para cada propriedade, respeitando suas idiossincrasias e necessidades específicas, possibilitando igualmente a capacitação necessária para que se iniciem atividades de turismo rural na 4ª Zona do município de Jaguarão.

Tal metodologia é de cunho misto, envolvendo o poder público que obriga o licenciamento e igualmente entidades privadas que forneceriam a capacitação necessária a respeito dos temas ligados à sustentabilidade dos processos.

Concluo, portanto, que após o levantamento da literatura e a pesquisa de campo, foi possível sugerir um modelo de gestão para atender às necessidades de gestão ambiental no âmbito das propriedades rurais.

Com relação às limitações da presente pesquisa, aponta-se primeiramente o tamanho da amostra que foi selecionada geograficamente e por conveniência da pesquisadora. Igualmente, aponta-se como limitação o tempo de duração do trabalho, o mesmo limitou a busca por informações secundárias e igualmente influenciou na seleção da amostra.

O presente trabalho pode servir de base para futuras pesquisas que busquem aprofundar e, com teor normativo aplicado, buscar descrever o melhor processo para a avaliação de impacto ambiental e demais ferramentas administrativas a serem empregadas para melhorar a eficiência ambiental das propriedades rurais no município de Jaguarão.

Referências

ABNT, 2004. Rio de Janeiro – RJ.

- BENI, Mário Carlos. **Como certificar o turismo sustentável**, Turismo em Análise, v. 14, n. 2, p. 5-16, novembro 2003.
- CARVALHO, Alexandre Caldeirão, Abdallah, Patrícia Raggi. **Análise da Gestão de Resíduos Sólidos no Terminal Porto Novo do Porto do Rio Grande, Brasil**. Revista da Gestão Costeira Integrada 12(3):389-398 (2012).
- CETESB, Companhia ambiental do estado de São Paulo, Manual para elaboração de estudos para o licenciamento com avaliação de impacto ambiental, São Paulo, 2014.
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Pesquisa em turismo: Planejamento, Métodos e Técnicas. São Paulo: Futura, 1998.
- Dossiê de Tombamento da Cidade de Jaguarão, 2011.
- JACOBI, Pedro. Desenvolvimento e Meio Ambiente: Meio Ambiente e Sustentabilidade In: CEPAM. (Org.). O Município no século XXI. São Paulo: CEPAM, 1999, v. p. 175-184.
- JASPER. Juliana Rose, **Situações de saneamento ambiental do turismo no espaço rural**: estudo do caso da rota germânica. Caxias, 2006.
- Ministério do meio ambiente** <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental> acessado em 11/04/2018.
- MARTINS, Roberto Duarte. **A ocupação do espaço na fronteira Brasi-Uruguay: A construção da cidade de Jaguarão**. Tese apresentada ao Programa de PósGraduação em Arquitetura da Escola Técnica Superior de Arquitetura, da Universidade Politécnica da Catalunha. Barcelona 2001.
- NASCIMENTO, Valéria Borba do. Silva, Elmo Rodrigues da. **Série temática ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Introdução ao turismo**. Trad. Dolores MARTINS Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.
- Gestão, saúde e meio ambiente** coletânea em saneamento ambiental, COAMB volume 1, 1ª. edição Rio de Janeiro – RJ ,2011.
- PENELUC, Magno da Conceição. Silva, Sueli Almuiña Holmer. **Educação ambiental aplicada à gestão de resíduos sólidos**: análise física e das representações sociais. Salvador, R. Faced, n.14, p.135-165, jul./dez. 2008.
- VEZZANI, Marco Antônio. **Turismo rural e responsabilidade ambiental e ecológica no espaço rural brasileiro**, Caderno Virtual de Turismo, Vol. 8, Nº 1 (2008).